

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

GRANDE VITÓRIA:
ALGUMAS PRIORIDADES

(DOCUMENTO BÁSICO PARA DISCUSSÃO
COM A MISSÃO DO BANCO MUNDIAL)

FJSN/Março/78

176

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES



GRANDE VITÓRIA:
ALGUMAS PRIORIDADES

(DOCUMENTO BÁSICO PARA DISCUSSÃO
COM A MISSÃO DO BANCO MUNDIAL)

711.404815-202
59812
1667/78
84/7991
7500084
Vitoria

FJSN/Março/78

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho pretende ser tão somente uma primeira aproximação de como devem ser dirigidos os esforços no sentido de dotar a Aglomeração Urbana da Grande Vitória de capital social básico necessário diante de seu processo de crescimento acelerado.

Resume algumas propostas e coloca questões que precisam ser detalhadas a partir da tomada de decisões quanto a viabilidade de comercialização de recursos federais e de organismos internacionais, já que a debilidade das finanças estaduais e dos municípios envolvidos não permitirá, a curto prazo, as aplicações que se fazem necessárias.

1.

ANTECEDENTES²

A política federal de melhor destituir no espaço físico nacional as atividades econômicas, encontrou no Espírito Santo uma de suas principais alternativas a partir de sua privilegiada posição geográfica.

Porta aberta ao mar para uma vasta hinterlândia, transição imediata entre o Nordeste e os principais centros do Sudeste brasileiro, o Espírito Santo foi mantido isolado do contexto desenvolvimentista do eixo Rio-São Paulo, muito mais pela irracionalidade do que pela falta de perspectivas.

Ainda com grandes extensões por colonizar até o início deste século, o território capixaba começou vislumbrar a formação efetiva de sua hinterlândia potencial a partir da ligação férrea entre as Minas Gerais e o Porto de Vitória, com a inauguração da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Inicia-se aí um processo, muitas vezes lento, de amadurecimento de uma vocação de polarização natural que se consolida com a inauguração do Porto de Tubarão no início dos anos 60 e com as ligações rodoviárias Sudeste Brasileiro - ES - Nordeste Brasileiro (através do trecho Rio-Vitória-Salvador da BR-101) e Oceano Atlântico-ES- Centro-Oeste Brasileiro (via BR-262, no trecho Vitória-Belo Horizonte).

A partir desses marcos infra-estruturais iniciou-se o desencadeamento de um processo de demarcação da economia capixaba que, assegurada a implantação dos Grandes Projetos de Impacto, terminará os anos 70 efetivamente engajado no esforço nacional de industrialização.

A inserção do Espírito Santo no contexto desenvolvimentista do Sudeste Brasileiro traz para a administração pública uma dupla preocupação. A primeira refere-se ao aspecto concentrador de que se revestem os Grandes Projetos uma vez que, na sua maioria, se localizarão na Grande Vitória ou áreas próximas.

A segunda surge como consequência imediata da primeira e diz respeito a o necessidade de dotar a Aglomeração Urbana da Grande Vitória de capital social básico capaz de permitir seu crescimento harmônico dentro da nova realidade de crescimento acelerado.

A complexidade dessas preocupações, aliada a um quadro financeiro estadual caótico, induzem o Governo do Estado a uma ação planejada, dividida em dois momentos - o primeiro, objeto do presente trabalho, refere-se a 3,2% do território capixaba, mas que já em 1977 abrigavam cerca de 29% da população estadual. O segundo vislumbra a adoção de medidas capazes de assegurar uma melhor distribuição espacial das atividades econômicas no território estadual.

Assim, este trabalho procura substanciar a necessidade de apoio ao Governo do Estado, no sentido de serem viabilizadas obras de infra e super-estruturas básicas e fundamentais para um respaldo de serviços insanos de tal forma que o processo de crescimento industrial não só tenha o apoio de serviços necessários a sua viabilização, como também seja instrumento a serviço do principal objetivo de todo o processo, qual seja, o Homem, combatendo, desta forma, a pobreza urbana.

2.

POSICIONAMENTO

2.1.

GRANDE VITÓRIA E O CONTEXTO MAIOR

Historicamente a região de Vitória tem exercido uma ação polarizadora no Estado, seja por ser a Capital político-administrativa, seja pelo seu porto marítimo de grande expansão, seja pelo fato de ser o grande centro supridor de serviços educacionais (principalmente de nível superior) e hospitalares não só no âmbito estadual como também para populações extra-estaduais. Em termos demográficos, esse poder polarizador fez-se sentir com o máximo de força a partir de 1960. Neste período, enquanto o incremento relativo da população desceu ao nível mais baixo para o conjunto do Estado, seu incremento foi máximo na Microrregião de Vitória. Deste modo, elevou-se consideravelmente a participação demográfica da Micro-Região, passando de 13,7% em 1960 para 29% em 1977 sobre o total do Estado.

Além de sua ação polarizadora no Estado, a Microrregião tem como zona de influência áreas além dos limites estaduais, graças a algumas atividades de sua economia, apresentadas na figura 1.1. A ação polarizadora da Grande Vitória tende a ampliar-se graças a suas instalações portuárias cuja área de influência abrange além de todo o território capixaba, parte do Estado de Minas Gerais, parte de Goiás e Mato Grosso, Norte do Estado do Rio e Sul do Estado da Bahia.

As notáveis melhorias na infra-estrutura de transportes, que converge para os terminais marítimos de Vitória e Tubarão, vem consolidando nos últimos anos a formação do chamado corredor de transporte Vitória/Tubarão. Destacam-se entre as obras de infra-estrutura de transportes, as ligações asfálticas dos trechos Vitória-Belo Horizonte-Uberaba da BR-262 e Vitória-Salvador da BR-101; a duplicação da Estrada de Ferro Vitória-Minas e a futura ligação Vitória-Santo Eduardo pelo litoral. ?

Essa infra-estrutura viária também permitiu à Microrregião expandir consideravelmente suas possibilidades de recepção turística não só devido a seus próprios atrativos, como também em função do intenso movimento que se verifica ao longo da faixa radioativa do Espírito Santo, da qual a Microrregião é uma das mais importantes integrantes. Algumas pesquisas efetuadas demonstram que a zona de influência turística da Grande Vitória chega aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, além de sua tradicional clientela mineira. As possibilidades de a Microrregião vir a estender sua zona de influência e intensificar seu movimento turístico são bastante grandes, tendo em vista as perspectivas abertas pelo programa TURSA, além da maior fluidez de tráfego turístico ocasionado pela Ponte Rio-Niterói.

2.2

DO PASSADO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO ACELERADA

A Grande Vitória conforma uma aglomeração urbana de porte médio, envolvendo áreas já conurbadas, ou em processo de conurbação dos cinco municípios que a integram - Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana. Embora a periferia da aglomeração esteja aquém dos limites dos municípios periféricos, por definição, esses municípios são considerados integralmente na Microrregião.

Na verdade, pelo efeito da rápida expansão de Aglomerado, grandes porções dos territórios periféricos estão sendo gradualmente incorporados, convertidos em áreas suburbanas ou de especulação para expansão mais remota. Como demonstra a experiência universal, na medida em que a aglomeração cresce, a periferia perde as características rurais, sucedendo-se absorções suburbanas e urbanas em consonância com algumas condicionantes fisiográficas (relevo, hidrografia, etc.) e, notadamente, com a rede viária.

Comparativamente com o total do Estado, a Microrregião de Vitória representa 3,2% do território e 28,7% da população. A alta concentração demográfica, que lhe é peculiar como principal foco urbano do Estado, responde pela elevada densidade de ocupação que é oito vezes maior do que a média estadual.

A composição e evolução demográfica dos cinco municípios da Microrregião constam do Quadro I, onde se constata que:

- a população Microrregional é formada majoritariamente por Vitória 32,0%, Vila Velha 32,6% e Cariacica 25,3%, ocorrendo, portanto, uma perda de posição de Vitória que em 1950 representava 46% do total en quanto que Vila Velha e Cariacica participavam com 21% e 20% da popu lação Microrregional, respectivamente:
- Vitória e Vila Velha já são municípios quase totalmente urbanos. A urbanização avança rapidamente em Cariacica (65,2% em 60 e 68% em 70 e 72,7 em 77) e ainda mais depressa (em termos relativos) nos municí pios periféricos da Serra (37,4% em 60 e 46,2% em 70 42,4 em 77) e Viana (9,1% e 15,2% 13,4 em 77 em 60 e 70, respectivamente).

A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA MICRORREGIÃO.

DISCRIMINAÇÃO	ANO	VITÓRIA	CARIACICA	VILA VELHA	SERRA	VIANA	MICRO REGIÃO	ESTADO *	
<u>ÁREA (Km²)</u>	-	<u>81</u>	<u>273</u>	<u>232</u>	<u>547</u>	<u>328</u>	<u>1.461</u>	<u>45.590</u>	
População Total	1950	50,9	21,7	23,1	9,2	5,9	110,8	957,2	
	(1.000 Habitantes)	83,3	39,6	55,6	9,1	6,6	194,2	1.418,3	
	1970	133,1	101,6	123,8	17,3	10,5	386,3	1.617,3	
	1977	156,3	123,6	159,1	33,0	16,4	488,6	1.701,4	
População Urbana	1950	50,4	8,3	20,8	2,7	0,6	82,8	216,3	
	(1.000 Habitantes)	82,0	25,8	54,5	3,4	0,6	166,3	452,4	
	1970	132,1	69,1	121,9	8,0	1,6	332,7	734,8	
	1977	153,2	89,9	158,1	14,0	2,2	417,6	900,8	
População Rural	1950	0,5	13,4	2,3	6,5	5,3	28,0	740,9	
	(1.000 Habitantes)	1,3	13,8	1,1	5,7	6,0	27,9	965,9	
	1970	1,0	32,5	1,9	9,3	8,9	53,6	883,1	
	1977	3,0	33,7	0,9	19,0	14,2	71,0	800,6	
Incremento (% ao ano) ..	50/60	5,1	6,2	9,2	(- 0,1)	1,1	5,8	4,0	
	População Total	60/70	4,8	9,9	8,3	6,6	4,8	7,1	1,3
	70/77	2,0	2,8	3,5	9,6	6,4	3,2	0,7	
Incremento (% ao ano)	50/60	5,0	12,0	10,1	2,3	0,0	7,2	7,7	
	População Urbana	60/70	4,9	10,4	8,4	8,9	10,3	7,2	5,0
Incremento (% ao ano)	50/60	10,0	0,3	(- 7,6)	(- 1,3)	1,3	0,0	2,4	
	População Rural	60/70	(- 2,7)	8,9	5,6	5,0	6,7	(- 0,9)	

Fonte: Censos Demográficos - SER/IBGE.
Censo Escolar/PSE de 1977.

* Inclusive a população recenseada na parte da Serra dos Aimorés, posteriormente anexada ao Espírito Santo.

QUADRO II

MICRORREGIÃO DE VITÓRIA.

PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES NA POPULAÇÃO TOTAL, POR MUNICÍPIO.

MUNICÍPIOS	1970		
	POPULAÇÃO TOTAL	IMIGRANTES	
		Nº ABSOLUTO	%
CARIACICA	101.422	40.632	40,06
SERRA	17.286	5.420	31,35
VIANA	10.529	4.133	39,25
VILA VELHA	123.742	66.062	53,39
VITÓRIA	133.019	59.385	44,64
TOTAL DA MRH	385.998	175.632	45,50
TOTAL DO ESTADO	1.599.333	517.247	32,34

Fonte: Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970 - FIBGE.

2.3. ALGUMAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO IMEDIATO

2.3.1. AS INDÚSTRIAS MOTRIZES

A posição da Micro-Região como principal ponto de crescimento econômico do Estado assumiu uma dimensão bem mais relevante a partir do advento dos chamados Grandes Projetos de Impacto. Definidos e localizados na Grande Vitória, os Complexos Siderúrgico, Portuário e Naval são a afirmação incontestável da privilegiada localização da Micro-Região que passa a constituir-se em uma das principais alternativas para o programa de desconcentração espacial do crescimento econômico de fendido pelo Governo Federal no II PND.

Com relação aos Projetos de Impacto, os seguintes comentários se fazem oportunos:

2.3.1.1. COMPLEXO SIDERÚRGICO

A favorável localização da Grande Vitória e a infra-estrutura já implantada pela Companhia Vale do Rio Doce para atender tanto ao mercado externo quanto ao mercado doméstico, o crescimento da demanda interna de produtos siderúrgicos e o interesse de grupos externos em investir em siderurgia no Brasil, levaram o Governo Federal a promover entendimentos no início de 1973, com os grupos interessados. Desse entendimento, passou-se aos estudos conduzidos por órgãos do Governo Federal, para definição da viabilidade de tais empreendimentos compreendendo uma usina de produtos siderúrgicos semi-acabados e as expansões das instalações da Companhia Ferro e Aço de Vitória e da Companhia Vale do Rio Doce para produção de laminados não-planos e

de pellets de minério, respectivamente.

A firme determinação do Governo Federal em efetivar tais empreendimentos no Espírito Santo, ficou evidenciado pelos seguintes fatos:

- sua participação majoritária, através da SIDERBRÁS e da CVRD, na totalidade do Complexo de Carapina;
- a escolha de Vitória para a solenidade de criação da SIDERBRÁS - Siderúrgica Brasileira S.A. - com a assinatura pelo Presidente da República da Lei Federal nº 5.919 de 17.09.73;
- a assinatura por parte do Presidente Geisel, quando de sua visita a Vitória em junho último, do documento definitivo de constituição da Companhia Siderúrgica de Tubarão, juntamente com os representantes dos associados estrangeiros - FISINDER e KAWASAKI STEEL;
- a presença da Companhia Siderúrgica de Tubarão na agenda de negociações do Presidente Geisel durante a visita que fez ao Japão em agosto último;
- a prioridade que foi dada à consecução de empréstimo para a construção do Porto de Praia Mole, peça importante para a viabilização do Complexo Siderúrgico de Carapina.

2.3.1.2. COMPLEXO PORTUÁRIO

A zona de influência do Porto de Vitória, representada por toda a geografia atingível economicamente pela infra-estrutura portuária e viária da área, induziu o Governo Federal a defini-la como um dos compo

nentes do Programa Federal dos Corredores de Exportação com a denominação de Corredor Goiás/Minas Gerais/Espírito Santo.

Abrangendo uma área de cerca de 670.000 Km², a Hinterlândia do Porto de Vitória compreende todo o Norte do Estado do Rio de Janeiro, a partir da cidade de Campos, todo o Estado do Espírito Santo, toda a parte Sul do Estado da Bahia a partir da cidade de Alcobaça, toda a área Norte, Noroeste, Nordeste, Centro e parte da região Leste (Zonas do Rio Doce e parte da Zona da Mata) do Estado de Minas, toda a região Centro-Sul do Estado de Goiás e Centro do Estado de Mato Grosso.

Com vistas a atender a crescente demanda portuária consubstanciada pelo corredor Goiás/Minas/Espírito Santo, a Administração do Porto de Vitória contratou a elaboração de um plano decenal contido no Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico da Expansão do Porto de Vitória. A implementação desse plano juntamente com os novos terminais a serem construídos em Tubarão para atender à Siderúrgica, compõem o chamado Complexo Portuário de Vitória.

2.3.1.3. COMPLEXO NAVAL

O advento do Complexo Siderúrgico e do Programa dos Corredores de Exportação trarão repercussões bastante acentuadas sobre a demanda portuária por navios de grande porte no Porto de Vitória/Tubarão. Estudos realizados em 1972 pelo Governo do Estado, sem considerar tais adventos, mostraram que Vitória/Tubarão em 1976 concentraria 85 % da tonelagem total de granéis para exportação e 63 % do total de intercâmbio comercial de granéis do país com o exterior.

A implantação dos Complexos Siderúrgico e Portuário reforçou a con

clusão de que as participações mencionadas serão superadas ou pelo menos mantidas. Isso significa que para navios de grande tonelagem, Vitória/Tubarão constitui a localização que centraliza, a custo nulo ou mínimo de singradura, a Frota Nacional, e que melhor compete para conquistar mercado da Frota de bandeira estrangeira.

Outras condições importantes são preenchidas pela área da Grande Vitória que se vem juntar à condição mercadológica, ou seja:

- uma grande gama de produtos siderúrgicos será produzida pelo Complexo Siderúrgico de Carapina e pela USIMINAS, portanto com o custo médio de frete bastante inferior a outros centros;
- infra-estrutura rodo-ferroviária que permite acesso fácil e rápido aos principais pólos industriais do país produtores de outros itens do consumo intermediário;
- micro-localização com profundidade adequada (cerca de 17 a 19 m) em Tubarão e ampla bacia de evolução.

Conclui-se assim pela viabilidade econômica e técnica do empreendimento devendo a questão merecer discussões de ordem político administrativa que não cabem aqui. O importante é que mais cedo ou mais tarde a vocação do Estado para este tipo de empreendimento saltará as vistas de quem decide.

2.3.1.4. INTER RELACIONAMENTO E INDUÇÃO

O Quadro II resume as principais informações com relação aos complexos mencionados acima. A Figura 1/2 evidencia a integração dos Grandes Projetos e dá uma primeira visão qualitativa da importância dos

investimentos a serem realizados para a economia capixaba.

Depreende-se que os três complexos mantêm entre si estreitos vínculos de causa e efeito. O Complexo Portuário constitui-se um ponto de partida para todo o conjunto. A infra-estrutura (EFVM/TUBARÃO) e os fluxos (minério/carvão) pré-existentes, decorrentes da excepcional posição geográfica da Grande Vitória, viabilizaram a implantação do Complexo Siderúrgico. A magnitude das escalas das unidades siderúrgicas expande por sua vez o movimento portuário, sempre em navios de grande tonelagem, reforçando a concentração de mercado de docagem para o estaleiro de reparos navais.

Não bastassem essas interdependências, os três complexos são convergentes para as mesmas infra-estruturas básicas, representando ponderáveis economias de escalas, sobretudo nas obras portuárias de Camburi, nos acessos rodo-ferroviários e no suprimento de energia/água/gases industriais.

Acrescenta-se o forte poder de indução desses complexos motrizes o que certamente trará para a área metropolitana de Vitória toda uma gama de empreendimentos direta e/ou indiretamente ligados aos mesmos.

Essa perspectiva de crescimento industrial acelerado no próximo decênio, deu nova tônica ao Centro Industrial de Vitória (CIVIT) que de uma área inicial de 330 hectares já vê sua expansão assegurada através de decreto que declara de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 1.195,5 hectares no Planalto de Carapina.

2.3.2. IMPACTOS: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR

Apesar do grau de manutenção das decisões quanto à implantação dos projetos de impacto anteriormente arrolados, as análises até agora feitas sobre as repercussões que os mesmos terão sobre a estrutura econômica da Grande Vitória ainda são de caráter embrionário.

Assim sendo, os quantitativos arrolados no Quadro III devem ser encarados como indicadores iniciais da intensidade dos impactos de mográfico e econômico.

Partindo do quantitativo de empregos diretos provenientes das indústrias que compõem os chamados Grandes Projetos e considerando um multiplicador de empregos igual a 2, chega-se a conclusão que o volume global de empregos, direta e indiretamente vinculados aos complexos Siderúrgico e Portuário, seria da ordem de 40.000 (quarenta mil).

Considerando a média de família como sendo de 5,2 pessoas, e desconsiderando a possibilidade de mais de um membro da família ser empregado dentro do fato gerador de emprego direto e/ou indireto, teríamos uma população de aproximadamente 200.000 habitantes gravitando em torno desses projetos, o que representa, aproximadamente, 40% da população da microrregião de Vitória em 1977.

Deve-se, outrossim, ressaltar o impacto que esses projetos deverão causar na estrutura ou empregos da microrregião, uma vez que os empregos gerados pelos mesmos, redundará na absorção de quantitativo de mão-de-obra uma vez e meia (1,5) maior que o total de empregos industriais na Grande Vitória em 1970 (ver Quadro IV).

QUADRO III

CARACTERIZAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS.

DISCRIMINAÇÃO	GRUPOS EMPRESARIAIS	INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO	INÍCIO OPERAÇÃO	ESCALA	INV. FIXO (US\$ 106)	EMPREGOS DIRETOS
A - Complexo Siderúrgico	-	-	-	-	<u>4.180</u>	<u>11.500</u>
1 - CST	SIDERBRÁS,					
1 ^a FASE	KAWASAKI e	1978	1981	3,0 m ton.	2.300	4.700
2 ^a FASE	FINSIDER	1981	1984	6,0 m ton.	1.500	2.800
2 - COFAVI (Expansão)	SIDERBRÁS	1975	1977	0,36m ton.	50	1.600
3 - PELOTIZAÇÃO	CVRD E ASSOCIAÇÃO ESTRANGEIROS	1975	1977/79	17 m ton.	330	2.400
B - Complexo Portuário	PORTOBRÁS	1974	1977/79	-	<u>310</u>	<u>2.000</u>
TOTAL	-	-	-	-	4.490	13.500

QUADRO IV

MICROREGIÃO DE VITÓRIA.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR MUNICÍPIO SEGUNDO OS SETORES - 1970.

SETORES MUNICÍPIOS	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO		TOTAL	
	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
Cariacica	1.817	7,34	8.263	33,38	14.675	59,28	24.755	100,0
Serra	1.819	39,42	995	21,56	1.800	39,01	4.614	100,0
Viana	1.746	59,27	533	18,09	667	22,64	2.946	100,0
Vila Velha	1.019	3,18	7.840	24,50	23.142	72,32	32.001	100,0
Vitória	708	1,65	8.436	19,67	33.751	78,68	42.895	100,0
TOTAL DA MRH	7.109	6,63	26.067	24,31	74.035	69,06	107.211	100,0
TOTAL DO ESTADO	240.383	52,51	62.264	13,60	155.140	33,89	457.787	100,0

Fonte: Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970 - FIBGE.

3.

A ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO URBANO

3.1.

ANTECEDENTES

Na medida em que os Grande Projetos se consolidarem e troxerem para a Grande Vitória os "Linkages" que deles podem ser esperados a área metropolitana de Vitória passará a ser um pólo alternativo dentro do contexto desenvolvimentista do Sudeste Brasileiro.

Essa perspectiva contou inclusive com o respaldo federal explicitado quando da mensagem de constituição da CNPU (Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana).

A tendência à inchação e as perspectivas abertas para a expansão da área de influência abrem duas alternativas ao futuro da Grande Vitória: crescer harmonicamente, ou inchar desordenadamente além de um limite suportável. Consolidar-se como cidade de porte médio ou caminhar para a categoria de centro metropolitano de 2a. ordem, com a periferia sub-humana que a caracteriza.

Como ficou demonstrado no capítulo anterior, o núcleo urbano principal da Microrregião de Vitória, sediada na ilha, extravasou sobre o continente, ocupando áreas jurisdicionadas aos municípios de Vila Velha e Cariacica, e mais recentemente de Serra e Viana.

Esse extravasamento significou não só a instalação de importantes equipamentos urbanos no continente (aeroporto, cais de minérios, terminais ferroviários, etc.) como a proliferação de loteamentos e a multiplicação recente de conjuntos habitacionais patrocinados pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Tais loteamentos apresentam-se desarticulados entre si, constituindo manchas com tendências a se adensar ou expandir ainda mais, sem consultar o interesse de cada um dos municípios isoladamente ou da aglomeração com um todo. O parcelamento do território para fins residenciais ameaça progredir, sendo contido apenas por impecilhos físicos (morros, rios, braços de mar, etc.) ou institucionais (extensas áreas pertencentes a grandes empresas, etc). A contínua expansão da mancha urbana de aglomeração ameaça incorporar as sedes dos municípios da Serra, Cariacica e Viana, levando a conurbação a estender-se progressivamente sobre o território de toda a Microrregião.

O risco deste crescimento em mancha-de-óleo é bastante evidente, uma vez que, como já foi visto anteriormente as áreas da aglomeração situadas no continente vem apresentando maior ritmo de crescimento demográfico do que seu núcleo situado na ilha de Vitória.

Objetivando elaborar diretrizes para a ação que leve ao crescimento harmônico da área metropolitana, o Governo do Estado, com o apoio técnico-financeiro da CNPU, elaborou o trabalho "GRANDE VITÓRIA: UMA PROPOSTA DE ORDENAMENTO DA AGLOMERAÇÃO URBANA" que objetiva ser o primeiro passo no sentido da implantação do processo de planejamento como orientador do crescimento da Grande Vitória, consubstanciado no que convencionou-se chamar Plano de Estruturação do Espaço.

A criação da Fundação Jones dos Santos Neves, pessoa jurídica de direito privado vinculada ao Governo do Estado através do Sistema Estadual de Planejamento, implantado em julho de 1976 foi talvez o mais importante passo em direção à sistematização do processo de planejamento metropolitano bem como a primeira etapa no sentido de integrar os esforços públi

cos em seus diversos níveis Federal, Estadual e Municipal.

Desde sua criação vem a FJSN desenvolvendo estudos, formulando diagn^os ticos, promovendo a elaboração de planos e programas de desenvolvimento urbano e regional com a finalidade de melhor equacionar problemas econ^omicos sociais e urbanísticos da Aglomeração Urbana da Grande Vitória e do Estado com um todo.

3.2. O ESQUEMA DE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO - UMA VISÃO GERAL

3.2.1. OBEJTIVOS

Aceita a premissa segundo a qual a Grande Vitória é hoje um pólo alternativo no contexto desenvolvimentista brasileiro e que urge prepará-la para absorver o crescimento acelerado que experimentará nos próximos anos, cabe aos órgãos governamentais nos seus diversos níveis, a tomada de posição quanto ao ordenamento e integração de suas ações na região.

Assim a FJSN acredita que o ponto de partida para essa ação ordenada e integrada deve ser a visão global do espaço urbano da Microrregião. Desta forma é fundamental que a Aglomeração Urbana como um todo seja dotada de uma estrutura básica como suporte para o seu desenvolvimento harmônico.

A partir dessa visão geral, pretende-se fornecer elementos capazes de subsidiar as decisões não só a nível Microrregional, como também, aquelas relacionadas a questões locais.

3.2.2. FUNDAMENTAÇÃO

O Plano de Estruturação do Espaço da Aglomeração Urbana da Grande Vitória que vem sendo desenvolvido pela FJSN, baseia-se na consideração de alguns fatores dentre os quais se destacam:



- os aspectos físicos que dão à Aglomeração Urbana características próprias e condicionam seu crescimento a um comprometimento da ocupação com os marcos representados pelo mar, mangues e montanhas;
- a necessidade de não permitir-se que os erros observados no passado se repitam, principalmente quando se prevê que o crescimento futuro terá um dinamismo ainda mais acentuado que o ocorrido nas últimas décadas;
- a existência de monumentos históricos, artísticos e paisagísticos que devem ser preservados e valorizados, de forma a permitir sua incorporação ao acervo de uso real da Aglomeração Urbana;
- a urgência de uma tomada de posição no que diz respeito à defesa dos recursos hídricos de forma a evitar que os mesmos se deterioreem devido ao uso inadequado;
- o potencial econômico das atividades ligadas ao intercâmbio comercial (porto) e ao turismo, bastante acentuado devido à privilegiada posição geográfica da Aglomeração e sua beleza natural e de áreas vizinhas;
- a importância da aglomeração como principal centro econômico estadual, além das funções político-administrativas desempenhadas por Vitória, seu embrião e principal centro;
- a localização concentrada nos municípios de Serra e Cariacica da maior parte das atividades industriais a partir da implantação das plantas da Companhia Siderúrgica de Tubarão das Usinas de Pelotização da Cia. Vale do Rio Doce e do Centro Industrial de Vitória;

- a imperiosidade de adoção de medidas que visem corrigir as distorções do crescimento da Aglomeração - representadas pelo crescimento em mancha-de-óleo e a conseqüente existência de grandes estoques de lotes vagos em marcante contraste com a contínua ocupação dos morros e mangues, resultando no estrangulamento do principal centro da Aglomeração, sediado na Ilha de Vitória;
- a prioridade de dotar-se a Grande Vitória de infra e super-estruturas capazes de suportar seu crescimento acelerado a partir dos complexos motrizes de sua economia;
- a consciência da necessidade de buscar-se, paralelamente ao crescimento econômico, o erguimento de uma cidade humana, onde a qualidade da vida seja um objetivo e não uma resultante marginal e aleatória.

3.2.3. PARTIDO ADOTADO

Consideradas algumas das conseqüências do crescimento espontâneo que caracterizou a Aglomeração no passado e ressaltada a necessidade de uma ação planejada no futuro, de acordo com estudos elaborados pela FJSN, optou-se adoção de um partido urbanístico que:

- ADENSE: a ocupação do solo de forma ordenada e sucessiva, tendo como sentido de expansão e limites de zoneamento os eixos representados pela BR-101/262 e pela Rodovia do Sol;
- DESCONCENTRE: o crescimento através de uma melhor distribuição dos equipamentos coletivos, usando um modelo polinucleado que, a partir de Centros de Animação com a maior auto-suficiência possível e sendo suas principais características preservadas, viabilizará o descongestionamento do Centro de Vitória;

- MINIMIZE: as distâncias trabalho-residência-lazer através da oferta adequada de transporte de massa e da localização de equipamentos voltados para o convívio social e recreação de todas as faixas de população.
- PRESERVE: os vales - através da adoção de uma política que evite a ocupação de áreas alagadas e alagáveis; os morros - de forma a evitar os agravamentos dos problemas de deslizamento já observados; a paisagem e os monumentos que a natureza e a história nos legaram; e
- VALORIZE: a localização marítima da Aglomeração através de um melhor aproveitamento de sua extensa faixa litorânea com atividades ligadas ao lazer e à recreação (em oposição à atual tendência de se implantar largas avenidas à beira-mar).

4. MONTAGEM DE CAPITAL SOCIAL BÁSICO DE SUPORTE AO
CRESCIMENTO ESPERADO

ALGUMAS PRIORIDADES

4.1.

INTRODUÇÃO

Lado a lado com a euforia pelas perspectivas que se acham para a economia da Grande Vitória, tem ocorrido a preocupação do Governo do Estado no que diz respeito à necessidade de uma ação imediata no sentido de não permitir que pontos de estrangulamento surjam e inviabilizem e/ou minimizem as possibilidades de indução dos Grandes Projetos.

Essa preocupação aumenta na medida em que, não obstante poder-se esperar uma recuperação acelerada da economia estadual em futuro próximo, a estrutura financeira do Estado ainda hoje encontra-se vinculada a seu passado primário-exportador.

Do confronto entre necessidade - urgência de ação e condições de arcar com o ônus de seu atendimento, surgir o caráter emergencial de adotar-se uma política de prioridades que possa ser viabilizador através de financiamentos e/ou canalização de recursos a fundo perdido por parte da União e organismos internacionais.

Os programas setoriais a seguir descritos de forma sumária, incorporam, portanto, as premissas básicas da chamada economia de escassez. A descrição de cada um, deve ser encarada como uma primeira abordagem que merecerá o detalhamento requerido tão logo seja possível a viabilidade dos recursos necessários a suas implementações.

4.2. ABASTECIMENTO

4.2.1. INTRODUÇÃO

Ao se aprofundar o estudo do abastecimento de gêneros alimentícios na região da Grande Vitória, cumpre considerar que os serviços de comercialização (estocagem, conservação, transporte e distribuição, etc.) operam com vistas ao conjunto de funções do aglomerado, cabendo distinguir:

- a função local (abastecimento urbano propriamente dito);
- a função regional, como entreposto coletor e distribuidor para toda a zona de influência;
- a função portuária, incluindo a exportação de produtos agro-pecuários do corredor GO-MG-RJ-ES, as importações de gêneros alimentícios para toda a zona de influência e o abastecimento de navios; e
- a função turística, expandindo a demanda sazonal de gêneros alimentícios.

As funções regional e portuária interferem sobre a dimensão do comércio de atacado e a função turística sobre a dimensão do comércio de varejo, que se quantificasse com vistas exclusivamente à função de abastecimento local. O impacto do afluxo turístico pode ser omitido, em parte pelo seu caráter estacional, em parte pela proporção relativa (população flutuante estimada em 7,3 % da permanente), com solução cabível por ajustamento da iniciativa privada. A estocagem de produtos exportáveis conta com programação portuária autônoma, seja nos arma

gêns de carga geral do cais comercial, seja no projeto de Capuaba (silos de 30.000 para 90.000 t e frigorífico de 5.000 t para 15.000 estáticas) ou em terminais específicos (açúcar, no cais do Jabour). No sentido das importações do exterior destacam-se o trigo (silos de 6.800 t em expansão para 11.356 t), o sal e cargas gerais que contam com armazéns do porto e de firmas importadoras. Já a função de entreposto regional, tanto mais relevante quanto mais a Grande Vitória se afirma em sua vocação polarizadora/irradiadora, interfere significativamente sobre a projeção da capacidade de estocagem de equilíbrio. Entretanto, como os estudos disponíveis omitiram essa função regional (e seu possível acoplamento à função portuária), a presente abordagem se restringirá ao abastecimento urbano da microrregião, preservando sistematicamente a disponibilidade de espaço para expansão.

Ao se focar o abastecimento local frente à rápida expansão demográfica e econômica da Grande Vitória, a questão primeiro levantada diz respeito à própria disponibilidade de oferta de gêneros alimentícios. A esse respeito, demonstra-se que o Espírito Santo é exportador líquido de alimentos, participando inclusive em escala expressiva do abastecimento do Estado do Rio de Janeiro e outros Estados (carne, leite, banana, abacaxi, em maior escala). Se por um lado não interessa renunciar à parcela do mercado nacional, já conquistado, para atender ao incremento da demanda da Grande Vitória, por outro lado a disponibilidade de terras e a persistência de um amplo setor de auto consumo no meio rural do Estado (61,8 % do consumo rural é produzido na fazenda) abrem amplas perspectivas para a modernização agrícola do Espírito Santo com expansão de oferta a qualquer nível de demanda que a Grande Vitória vier a assumir.

4.2.2. O PROBLEMA E UMA PERSPECTIVA DE SOLUÇÃO

As deficiências do setor de atacado e varejo já foram diagnosticadas

no estudo elaborado para a implantação da Central de Abastecimento da Grande Vitória: a inadequação do comércio misto da Vila Rubim, a persistência dos mercados municipais e feiras livres, a pequena dimensão das mercearias, a incipiência da rede de super-mercados, as distorções locacionais, o índice de perdas (10,8 % no box e 16,3 % nas áreas des_u cobertas), etc.

Com a inauguração da CEASA, o atacado de cereais, produtos de mercearias, frutas, legumes e verduras foi transferido da Vila Rubim - localizada na Ilha de Vitória e nas imediações da Ponte Florentino Avidos e da 2.^a Ponte, em construção, o que caracteriza suas desvantagens locacionais como ponto central para o abastecimento da Aglomeração Urbana.

No tocante a estocagem frigorificada, entretanto, registrou-se total ausência de programação de esquemas institucionais, relegada a função a câmaras particulares da FRINCASA (carne bovina), CIPASA e COFAI. O leite provem das instalações da Cooperativa de Vitória, Usina da CCPL em Viana e dos Laticínios Vigor e Selita. A limitada capacidade dessas instalações e a impossibilidade de, por essa via, se diversificarem as fontes de suprimento, recomendam a ampliação das câmaras da CEASA ou a implantação/aquisição, sob coordenação pública, de outros armazéns frigoríficos.

Quanto ao varejo, é pensamento do Governo do Estado estabelecer um programa de implementação a curto prazo de feiras cobertas e hortos mercados capazes de levar o abastecimento de hortigranjeiros mais próximo das comunidades consumidoras.

Em princípio, essas feiras cobertas seriam implantadas prioritariamente nos Centros de Animação definidos pela Proposta de Ordenamento Urbano, passando a constituir-se, inclusive, em elementos indutores da valorização das CA's como ponto de encontro comunitário.

Dada a versatilidade desse equipamento, é de ser ressaltada a possibilidade de sua utilização como centro comunitário, passando a viabilizar toda uma série de atividades nos dias e horas em que sua função abastecimento fase dispensável. Assim deveriam ser implantadas cerca de 10 feiras cobertas na Aglomeração Urbana da Grande Vitória.

Com respeito a implantação de horto mercados, além da obra já contratada para o horto mercado do Aterro da Comdusa a distribuição espacial da população da Grande Vitória requer a implantação de mais um horto mercado em Carapina e um em Vila Velha.

O quadro abaixo demonstra o esquema de custo das referidas obras.

(em cr\$ 10⁶)

	CUSTO P/UNID.	UNIDADES	CUSTO TOTAL
Feira Coberta	6	10	60
Horto Mercado	10	2	20
TOTAL		12	80

4.3.

HABITAÇÃO

4.3.1. INTRODUÇÃO

Submetida ao duplo efeito dos atrativos de sua afirmação econômica e da expulsão pelo esvaziamento do interior descapitalizado, a Microrregião da Grande Vitória vem recebendo sucessivos fluxos imigratórios, com predominância das classes de baixa renda. Em decorrência, o aglomerado urbano da capital cresceu desproporcionalmente em relação ao conjunto estadual.

QUADRO V - CRESCIMENTO COMPARADO GRANDE VITÓRIA/ESPÍRITO SANTO

% DA POPULAÇÃO GRANDE VITÓRIA/ES			IMIGRAÇÃO P/GRANDE VITÓRIA	
ANO	RURAL	URBANA	PERÍODO	TAXA
1960	2,9 %	13,7 %	50/60	2,3 % a.a.
1970	6,1 %	24,1 %	60/70	4,6 % a.a.

FONTES: PDI da MR de Vitória - Out/73 - 1º vol. pág. 2.1/6.

Para os próximos anos, com a implantação do Grandes Projetos e seus desdobramentos, a administração pública deverá ter redobradas as suas responsabilidades no setor da oferta habitacional: a remoção/urbanização de favelas e demais áreas de construção habitacionais desordenada, acrescida da súbita aceleração da demanda. A justaposição dessas duas metas torna-se obrigatória, pela implantação das diretrizes da Proposta de Ordenamento Urbano da Grande Vitória, e imperativa, pela diretriz básica do Governo

QUADRO VI

PADRÃO HABITACIONAL COMPARADO:

GRANDE VITÓRIA E GUANABARA.

DISCRIMINAÇÃO	ESPÍRITO SANTO		GUANABARA
	TOTAL	%	%
ÁGUA - Rede Geral	44.183	62,7	82,9
Poços e Nascentes	8.971	12,7	4,4
ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	47.001	67,1	95,2
ESGOTO - Rede Geral	9.720	13,9	53,0
Fossa Septica	21.544	30,8	21,9
Fossa Rudmentar	20.137	28,8	11,5
FOGÃO - A Lenha	9.536	13,5	0,9
A Gás	55.762	79,2	95,3
RÁDIO	47.791	68,1	87,2
GELADEIRA	27.100	38,5	75,3
TELEVISÃO	23.794	33,8	70,8
AUTOMÓVEL	8.650	12,3	18,7

Fontes: FIBGE - Censo Demográfico - 1970, ES - pag. 378 a 387;

FIBGE - Censo Demográfico - 1970, GB - pag. 193.

Estadual de promoção humana. Cumpre evitar que a miséria ainda sobreviva enquanto, ao lado, se for avolumando a pujança do crescimento econômico. Modernizar é também suprimir contrastes. Desenvolver é também superar a injustiça social.

Dentro dessas premissas dever ser calcado o programa habitacional para a Grande Vitória, objetivando ainda uma progressiva melhoria do padrão construtivo, no pressuposto de que o acentuado crescimento da renda per capita regional, previsto para o próximo decênio, se traduza em maior ca pilaridade social.

4.3.2. DEFICIT HABITACIONAL

Em 1970, de conformidade com o Censo Domiciliar, a Microrregião de Vitô ria contava com 70.487 unidades residenciais, com 358.936 cômodos e 152.581 dormitórios, abrigando 369.997 moradores (médias de 5,25/ domicíl io e 2,42 pessoas/dormitório).

Quanto à posse, cerca de 70 % eram próprios e 20 % alugados. Quanto às co modidades, uma consulta ao Quadro VI melhor apresentará nossas consideraç ões.

O padrão construtivo é referido pelo Censo em três categorias: Durável, Rústico e Improvisado. As duas últimas representam 30,9 % do total de domicílios.

Essa proporção foi conformada em pesquisa domiciliar efetivada em 1972 (PDI da MR de Vitória, 1º vol., pag. 5.3/11): os barracos, enfavelados ou dispersos, representavam 33,1 % das unidades residenciais. As favelas, 12,8 %, localizando-se em:

QUADRO VII - DIMENSÃO, DAS FAVELAS DA GRANDE VITÓRIA

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA (1.000)	FAVELAS			% SOBRE	
		Nº	POPULA- ÇÃO	DOMICÍ- LIO	TOTAL	POPULA- ÇÃO
Vitória	132,1	6	17.727	3.377	42	13,4
Vila Velha	121,9	5	8.978	1.710	21	7,4
Cariacica	69,1	3	15.960	3.040	37	23,1
TOTAL	332,7	14	42.665	8.127	100	12,8

FONTE: PDI da MR de Vitória - Out./73 - 1º vol. pag. 5.3/4 (dados Censo por setores relativos a 1970).

Percentual semelhante é obtido pela pesquisa de composição domiciliar por número de cômodos (computados apenas quartos e salas, ao contrário do Censo): 32,3 % das residências com apenas 1 ou 2 cômodos, quanto a média é de 5,5 pessoas/domicílio e o padrão internacional aceitável é de apenas 2 pessoas/cômodo e 1,5 adultos/cômodo.

4.3.3. A AÇÃO PROGRAMADA - UMA VISÃO PRELIMINAR

Observada a defasagem existente entre os levantamentos feitos e os dias presente, ênfase alguma seria suficientemente grande para alertar os governantes quanto a urgência de se elaborar um programa integrado de ampliação da oferta de moradia.

O Quadro VII mostra o esforço que vem sendo feito pelo Sistema COHAB -

INOCOOP no sentido de dar maior dinamização no papel que lhe cabe.

QUADRO VIII - HABITAÇÃO POPULAR - COHAB/INOCOOP-ES

PERÍODO	DISCRIMINAÇÃO	HABITAÇÕES	LOTES URBANIZADOS	TOTAL
1965/74	Construídos	6.950	-	6.950
1975/76	Construídos/em Construção	8.300	2.500	10.800
1977/79	Viabilizadas	12.000	3.500	15.500
(?)	Por solicitar	3.000	45.000	48.000

Deve ser destacada a intensão do Governo Estadual de, através da COHAB e COMDUSA a aplicação de recursos no financiamento de lotes urbanizados.

Pioneiro no país, o Espírito Santo encara o programa como uma das poucas alternativas existentes para não permitir que os crônicos defeitos habitacionais, ampliem cada vez mais a proliferação de favelas desumanas.

Partindo do pressuposto de que ninguém mora mal porque quer, a ação do Governo do Estado através da COHAB com o apoio financeiro do BNH, tem sido e se intensificará no sentido de dotar áreas DENTRO DOS LIMITES DA AGLOMERAÇÃO URBANA e próximas aos principais pontos demandadores do fator (conforme proposição do Plano de Estruturação do Espaço) e que vem sendo desenvolvido pela FJSN, trabalho de infra e super estruturas básicas para o surgimento de comunidades integradas.

A moradia "per se" perde, portanto, a primazia da prioridade. O fundamental se forma a existência de condições capazes de proporcionar uma melho

ria gradativa das condições de vida não só da família como também da comunidade na qual ela se insere, passando a ser prioridade, portanto, a reserva de áreas p/os equipamentos de saúde, educação, lazer, etc, em quantidade e em qualidade.

Assim, ao falar-se em urbanização de favelas, costuma-se pensar em termos de irradicação. O esquema clássico é a remoção dos favelados para um terreno afastado e escondido, onde a favela se reconstitui com o gravante das passagens oras e de falta de empregos de tipo biscate.

As casas da favela assim removida são destruídas, e o terreno urbanizado a partir de zero, para uma classe social superior.

A FJSN pretende desenvolver programa diferente, baseado na colaboração dos favelados e respeitados seus valores, ou seja, de melhorar o nível da área aproveitando os redimentos existentes da urbanização e construção da casa, preservando os lugares de encontro, organizando e melhorando gradativamente a vida escolar e profissional.

Dessa mesma forma, a dinamização desejada do programa de lotes urbanizados materializará a diretriz básica dos Governos Federal e Estadual, qual seja a PROMOÇÃO HUMANA.

4.4.1. DIAGNÓSTICO SUMÁRIO

Ao se apreciarem as condições e os "deficits" do nível e do equipamento sanitário da Grande Vitória, a superposição das funções local e regional, a magnitude da área sobre a qual se exerce hoje e se exercerá no futuro o papel polarizador/irradiador da microrregião - passam a constituir problema metodológico de solução ainda mais complexa que no caso do abastecimento. É, inclusive, a omissão desse fenômeno que leva o analista desavisado a extrair conclusões errôneas do comportamento relativo dos índices sanitários - da microrregião e do conjunto estadual.

Um juízo de valor acerca desses indicadores comporta também enfoques distintos. Em se buscando motivos de regozizo, basta confrontar com o passado recente para concluir pelo extraordinário progresso que a administração pública conseguiu alcançar. Em se buscando razões para um redobrado esforço, basta confrontar com a brutal defasagem em relação aos índices dos países desenvolvidos. Em se rejeitando, numa posição cética, a validade dos índices e confrontos, pela precariedade estatística, basta recorrer à mortalidade proporcional - (% de óbitos de 50 anos e mais) onde as omissões de registro estariam compensadas:

QUADRO IX - ÍNDICES COMPARADOS: POLO E PERIFERIA (1972) (*)

INDICADORES DE SAÚDE	ESPÍRITO SANTO	MICRO REGIÃO	VITÓRIA
Natalidade (por 1.000 habitantes)	22,2	26,6	48,5
Mortalidade Geral (por 1.000 habitantes)	6,3	8,6	17,0
Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	68,2	82,8	99,9
Mortalidade Fetal (por 1.000 nascidos vivos nascidos mortos)	38,3	39,6	42,1
Mortalidade por Doenças Transmissíveis (por 100.000 habitantes)	44,6	100,0	232,9
Causas Mortis/100.000 habitantes			
1) Lesão Vascular (Sistema Nervoso)	36,8	75,7	174,2
2) Diarréias Infantis Infecciosas	19,0	46,5	106,4
3) Cancer	31,2	71,6	157,6
4) Avitaminose e Doenças da Nutrição	20,4	42,9	95,4
5) Acidentes de Automóvel	21,1	42,9	92,6
6) Doenças Cardíacas	25,1	52,3	106,4
7) Grippes e Pneumonias	18,6	39,3	76,0
8) Tuberculose	7,3	19,3	42,9
9) Sarampo	2,9	6,3	15,2
10) Tétano	3,0	5,3	11,1

FONTE: Diretoria de Estatísticas de Saúde - Secretaria de Saúde

(*) - Dados sujeitos a revisão.

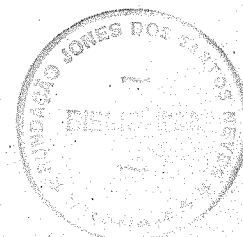
QUADRO X - ÍNDICES COMPARADOS: VITÓRIA E PAÍSES DESENVOLVIDOS

INDICADORES DE SAÚDE	VITÓRIA		ESTADOS UNIDOS	SUÉCIA
	1956	1971		
Mortalidade Geral (por 1.000 habitantes)	22,0	19,2	9,6	9,7
Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos).....	190,0	115,7	27,9	18,7
Mortalidade Doenças Transmissíveis (por 100.000 habitantes) .	634,3	350,9	30,9	28,2
Mortalidade Proporcional (% 50 anos e mais)	29,2	35,4	74,3	82,7

FONTE: ACARES - Plano Diretor 63/65 - Abril/63.

A tese de que a defasagem entre Vitória e o Conjunto Estadual se explica pela função polarizadora do equipamento hospitalar já disponível, poderá, em alguns casos, ser contestada e o tem sido pelo baixo nível de nutrição e higiene nas classes de baixa renda, nas favelas, pela má qualidade da água, pela insuficiência de instalações e recursos para o atendimento de indigentes e da clientela do INPS. A elevada incidência de diarreias (46,5 por 100.000 habitantes) e avitaminose e doenças da nutrição (42,9% por 100.000 habitantes) corrobora essa suspeita, mas, a rigor, constituem problemas antes de cunho social (subemprego) do que de Saúde Pública.

A função polarizadora fica evidenciada na própria disponibilidade relativa do equipamento hospitalar, ou dos recursos humanos especializados disponíveis.



QUADRO XI - CONCENTRAÇÃO POLARIZADA DO EQUIPAMENTO HOSPITALAR

DISCRIMINAÇÃO	ESPÍRITO SANTO	MICRORREGIÃO	VITÓRIA
Hospital (mais de 20 leitos)	64	21	17
Leitos (Total)	5.478	3.622	2.373
Leitos (Coeficiente Leitos/ 1.000 habitantes)	3,4	9,4	17,8
Raios X	57	19	18
Laboratório Análises	37	14	12
Salas Parto	66	24	18
Salas Operações	92	49	49

FONTES: DEE - Anuário Estatístico - 1971 - pág. 95 a 99

QUADRO XII - CONCENTRAÇÃO POLARIZADA DOS RECURSOS HUMANOS

DISCRIMINAÇÃO	ESPÍRITO SANTO		MICRORREGIÃO		VITÓRIA	
	Nº	HABITANTE	Nº	HABITANTE	Nº	HABITANTE
Médicos	780	2.053,1	485	795,9	421	316,2
Dentistas ...	423	3.745,0	185	2.086,5	150	887,3
Farmacêuticos	142	11.277,6	33	11.696,9	27	4.929,6
Auxiliares ..	4.292	373,1	1.928	200,2	1.551	85,8

FONTES: PDI da MR de Vitória - 1º volume - páginas 4.6/7, 12 e 17 -
Secretaria de Saúde.

Essa concentração de recursos ainda que demonstrada com dados desatualizados é pelo menos compensada pela decidida política de interiorização levada a efeito pela Secretaria de Saúde, assegurando a presença de médicos em todos os municípios do território estadual, êxito raro no panorama nacional.

Definir até onde a concentração se justifica pelo efeito polarizador, a magnitude da população polarizada e, nesse contexto e em sua evolução, identificar os "deficits" de equipamento e pessoal é uma questão a ser enfocada por especialização médica. A função polarizadora, além das limitações geo-econômicas se redefine também em função da qualidade e renome das instituições e dos profissionais, fator variável de ramo a ramo:

QUADRO XIII - NÍVEIS DE DEMANDA POR ÁREA POLARIZADA E COEFICIENTE PADRÃO

ÁREA DE INFLUÊNCIA	POPULAÇÃO 1.000 hab.	DEMANDA 73 PARA PADRÕES DE:		
		3 LEITOS 1.000 hab.	4 LEITOS 1.000 hab.	5 LEITOS 1.000 hab.
Microrregião	470	1.410	1.880	2.350
50% do ES ..	840	2.520	3.360	4.200
75% do ES ..	1.260	3.780	5.040	6.300
120% do ES .	2.000	6.000	8.000	10.000

Para a estimativa das necessidades hospitalares da Grande Vitória para os próximos anos, há de se considerar diversas variáveis: desenvolvimento da tecnologia médico-hospitalar, com revisão de conceitos, especialmente quanto à terapêuticas e diagnóstico; aumento da renda per capita e mudança de hábitos da população; aumento da população; comportamento da área tributária da Grande Vitória, com possíveis "liberação de algumas regiões e atração de outras".

Os hospitais gerais atualmente existentes são, via de regra, incompletos, isto é, são semi-especializados, não contando com assistência em vários ramos da medicina, seja por falta de pessoal médico ou paramédico ou por falta de equipamento. O grande número de pequenos hospitais, casas de saúde, clínicas, etc. de rentabilidade baixa, com infraestrutura precária, sem recursos suficientes para melhorar padrão, necessitarão, sem dúvida, de se unirem formando concentrações econômicas, para atingirem uma relação leitos/funcionários ideal e elevarem, assim, a sua rentabilidade.

Caso se tenha êxito na interiorização do desenvolvimento, e consequentemente, do equipamento hospitalar (clínica, obstetrícia, pediatria, cirurgia geral, ortopedia, etc), polarizando a Grande Vitória, apenas o tratamento especializado (Neurologia e Psiquiatria, Cancerologia, Tisiologia e Infecções Pulmonares, Cardiologia, Oftalmologia, Otorinolaringologia, Leprologia, etc;) e adotado o coeficiente médio 3-4 leitos/1.000 habitantes (inferior ao padrão da Organização Mundial de 5 leitos/1.000 habitantes), o "deficit" atual se traduziria nos quantitativos apurados no Quadro XIII.

QUADRO XIV - ESTIMATIVA DE DEFICITS DE LEITOS GERAIS E ESPECIALIZADOS

ESPECIALIZAÇÃO DO HOSPITAL	% OFERTA NOS	DEMANDA 4 Leitos/ 1.000 Hab.	OFERTA LEITOS			DEFICIT PROPORCIONAL	POLARIZAÇÃO %	DEFICIT GRANDE VITÓRIA	
			MR	INTERIOR	ES			4 Leitos/ 1.000 Hab.	3 Leitos/ 1.000 Hab.
Clínica Médica	30,3	2.036	677	988	1.665	370	33	120	60
Obstetrícia	9,9	665	294	250	544	120	33	40	10
Pediatria	4,2	282	39	193	232	50	33	20	10
Cirurgia	13,0	874	428	286	714	160	66	100	45
Ortopedia	2,3	155	115	11	126	30	66	20	15
Neuropsiquiatria	19,4	1.552	1.064	28	1.064	490	100	490	110
Cancerologia	3,1	248	168	1	169	80	100	80	20
Tisiologia	6,8	371*	282	89	371	-	100	-	-
Leprologia	7,6	419*	419	-	419	-	100	-	-
Outras	3,4	272	165	9	147	100	100	100	30
TOTAL	<u>100,0</u>	<u>6.874</u>	<u>3.622</u>	<u>1.853</u>	<u>5.478</u>	<u>1.400</u>	-	<u>970</u>	<u>300</u>

(*) - Arbitrado, idêntico à oferta, por não se constatar deficits

FONTES: DEE - Anuário Estatístico - 1971 - pág. 96

PDI da MR de Vitória - 1º Volume - pág. 4.6/10

Secretaria de Saúde - Infra-estrutura da Rede Hospitalar - MR 207

4.4.2. PROPOSTA DE AÇÃO: UM EMBRIÃO

Identificado o problema e quantificada sua magnitude, ainda que de forma precária, resta ao Governo do Estado partir para um programa de ação a dois níveis, ainda que paralelos.

No primeiro, se faz mister a intensificação de um plano de interiorização da prestação de serviços médico-hospitalares. Para o segundo, que pode ser ampliado caso persista a impossibilidade de ser executado o anterior, é fundamental que se parte para um programa de ampliação da rede hospitalar da Aglomeração Urbana.

Nesse sentido, pretende o Governo do Estado, que o apoio da União, e organismos internacionais elaborar e implantar a curto e médio prazo um programa que vislumbre a construção de pelo menos três hospitais gerais de tamanho econômico que acompanhados de unidades satélites de pronto atendimento, otimizem a utilização de equipamentos escassos e minimizem os deslocamentos da população a procura de serviços médico-hospitalares.

A análise geográfica da distribuição populacional e da rede hospitalar existente e a proposta de distribuição espacial das atividades no futuro induzem que sejam construídos três hospitais de porte 300 leitos cada, em Vitória, Cariacica, Carapina e Viana.

Os custos médios por leito variam segundo as especializações médicas e o nível desejado de sofisticação dos equipamentos. Porém uma estimativa preliminar indica que o custo médio de 200 milhões de cruzeiros para um hospital moderno com 300 leitos.

TABELA DE INVESTIMENTO (MILHÕES Cr\$)

	Cr\$ UNITÁRIO	UNIDADES	Cr\$ TOTAL
Hospital c/ 300 Leitos	200	3	600

4.5.

SISTEMA HIDRO-SANITÁRIO

4.5.1. INTRODUÇÃO

A partir de 1973, quando o Espírito Santo aderiu ao PLANASA - Plano Nacional de Saneamento, firmado com o BNH um convênio da ordem de cem milhões de cruzeiros, para a execução do PEAG - Programa Estadual de Abastecimento de Água, vem sendo efetuadas aplicações de recursos financeiros no desenvolvimento das diversas etapas de estudos, projetos e obras de novos sistemas de abastecimento de água em 35 localidades. A população urbana a ser beneficiada com estes serviços, que deverão estar concluídos no primeiro semestre de 1976, é de aproximadamente 450.000 pessoas, o que representava, na época, cerca de 60% da população urbana do Estado.

De todas essas localidades, 32 já tem suas obras inteiramente concluídas e os sistemas em operação definitiva.

Relativamente à Grande Vitória, deve-se apresentar o problema segundo a prioridade com que foi estudado e desenvolvido, isto é, a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, subdividiu o sistema em dois setores, equacionando, primeiramente, o setor de produção de água, compreendendo captação do RIO JUCU, casa de bombas de baixo e alto recalques, adutoras e estações de tratamento, recentemente inauguradas. O segundo setor, o de distribuição e reservação, não foi desenvolvido simultaneamente e só agora começa a ser executado, estando previsto um prazo para sua conclusão; de aproximadamente 30(trinta) meses.

A população a ser beneficiada na Grande Vitória, imediatamente após a conclusão dos serviços acima, representa hoje, 50% da população urbana do Estado. Preocupados com o atendimento eficiente dessa população, o BNH e a CESAN firmaram convênio com a Organização Pan-Americana da Saúde, organismo regional da Organização Pan-Americana da Saúde, organismo regional da Organização Mundial da Saúde, contando com recursos do projeto SATECIA do BNH, com o objetivo de a OPS prestar assistência técnica à CESAN, visando ao desenvolvimento institucional desta Companhia.

4.5.2. PROGRAMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O Sistema de produção da Grande Vitória, iniciado em 1973, teve sua conclusão em fins de 1977. Em sua primeira etapa terá uma capacidade de de 2,7 m³/seg., possibilitando atender a uma população de um milhão de habitantes e deverá custar cerca de 141 milhões de cruzeiros; está prevista a elevação da capacidade de produção para 4,2 m³/seg., de forma a atender a cerca de dois milhões de pessoas.

Em sua primeira etapa o sistema apresenta, sucintamente, os seguintes componentes:

- a) Captação - barragem submersa no Rio Jucu e canal de tomada de água e desarenador;
- b) Adução - duas estações de recalque, sendo uma de baixa e outra de alta pressão, com potência total instalada de 3.500 HP e duas adutoras igualmente de baixa e alta carga, em aço, com diâmetros que variam de 1,80 a 0,90 metros, numa extensão de pouco mais de 9 km;

c) Tratamento - composto de 3 estações de tratamento (ETA'S):

ETA do Vale Esperança, com capacidade nominal de 1.500 L/seg. na primeira etapa, e 3.000 L/seg. na segunda etapa.

ETA de Cobi, que após a sua reabilitação total permite uma vazão de 1.000 L/seg.

ETA de Duas Bocas, com capacidade nominal de 240 L/seg.

As duas primeiras abastecem a Vitória, Vila Velha e a região de Jardim América, Itaquiri, Campo Grande; a última, ao restante do município de Cariacica.

Quanto ao sistema de distribuição e reservação, o projeto sô foi contratado em fins de 1974 e está sendo concluído atualmente. Esta defasagem está dificultando o atendimento satisfatório da população, posto que a rede atual, antiga e deficiente, não permite uma distribuição adequada do líquido, notadamente nas diversas zonas altas da cidade, assim como nas áreas periféricas. A construção das linhas adutoras principais de água tratada, está sendo agora iniciada, a partir da ETA de Vale Esperança, sendo o total dos investimentos neste setor, estimado em 174 milhões de cruzeiros.

Basicamente, o sistema está assim constituído:

a) Linhas adutoras: variando de um máximo de 1.000 mm a um mínimo de 450 mm de diâmetro;

até 1980 = 23.800 metros

até 1985 = 28.250 metros

b) Reservação:

até 1980 = 102.130 m³

até 1985 = 108.130 m³

c) Distribuição: variando de um máximo de 800 mm a um mínimo de 100 mm de diâmetro;

até 1980 = 134.843 metros

até 1985 = 151.555 metros

Para a região de Carapina, futuro pólo industrial da microrregião da Grande Vitória, a CESAN elaborou um projeto independente do anterior, tendo como manancial o Rio Santa Maria, o qual, em sua primeira etapa, prevê um investimento global de Cr\$ 150 milhões, para uma demanda de 2,25 m³/seg. A segunda etapa, a ser iniciada, permitirá dobrar a capacidade inicial, ou seja, a elevará para 4,50 m³/seg., sendo previsto, para isso, um investimento adicional de Cr\$ 215 milhões. Este sistema visa a atender de forma integrada a toda região, inclusive os balneários de Carapebus, Manguinhos, Jacaraípe, Nova Almeida e Praia Grande, onde espera-se que serão servidas 72.000 mil pessoas.

Em linhas gerais, e para melhor exposição, podemos dividir o sistema em sua primeira etapa em duas partes: a que visa a atender ao pólo industrial e a que servirá aos balneários.

Quanto ao primeiro, destacamos os seguintes componentes básicos:

- a) Construção de barragem no Rio Santa Maria e na Lagoa Jacunem;
- b) Três estações elevatórias com potência total instalada de
7.860 HP;
- c) Adutoras e troncos distribuidores com diâmetros variando de 1,50 a 0,35 metros, com extensão total de 35.900 metros;
- d) Estação de Tratamento com capacidade para 2,25 m³/seg.

QUADRO XV

OCORRÊNCIAS DE DESPESAS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM IMPLANTAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO.

SISTEMA:
GRANDE VITÓRIA

ANO	POPULAÇÃO ABASTECIDA	NÚMERO DE LIGAÇÕES	VOLUME DE ÁGUA PRODUZIDO	DESPESAS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (CR\$)					DESPESA COM AMPLIAÇÕES
				PESSOAL	ENERGIA ELÉTRICA	PRODUTOS QUÍMICOS	TRANSPORTE	DESPESAS GERAIS	
1976	303.197	60.639	33.200.071	11.243.642	2.940.308	886.442	1.102.727	1.030.228	-
1977	355.261	71.052	38.901.080	11.478.769	3.219.726	1.038.659	1.292.084	1.084.764	3.123.840
1978	432.228	86.446	47.328.966	11.478.769	3.632.794	1.263.683	1.572.013	1.143.240	4.618.020
1979	458.870	91.774	50.246.265	11.478.769	3.775.776	1.341.575	1.668.910	1.163.482	1.598.520
1980	485.891	97.178	53.204.955	11.478.767	3.920.788	1.420.572	1.762.186	1.183.693	1.621.260

QUADRO XVI

OBRAS E/OU PROJETOS COM PEDIDO DE FINANCIAMENTO SOLICITADO AINDA EM FASE DE APROVAÇÃO NA GRANDE VITÓRIA.

DESCRIÇÃO	VALOR	1976		1977		1978		1979		1980	
		BNH	FAE	BNH	FAE	BNH	FAE	BNH	FAE	BNH	FAE
1 - Complementação do Projeto de Carapina.	UPC	-	335	-	978	-	1.044	-	1.044	-	1.044
2 - Conjunto Residencial. Carapina I	UPC	12	4	224	252	384	432	384	432	384	432
3 - Grande Vitória IV	UPC	1.539	570	1.338	495	3.600	3.997	8.496	9.540	8.496	9.540
4 - Compl. Projeto Adução, Reservaão, Distrib. Grande Vitória.	UPC	-	99	-	465	-	1.548	-	1.548	-	1.548

- e) Dois reservatórios, sendo um elevado e outro semi-enterrado, com capacidade total de 19.000 m³, localizados junto a ETA.

Para os balneários, mencionam-se os seguintes componentes:

- a) Captação na Lagoa Jacunem;
- b) Elevatória junto à captação, com potência total de 150 HP;
- c) Adutoras, subadutoras e troncos distribuidores, com diâmetros variando de 200 a 500 mm e extensão total de 23.500 metros;
- d) Estação de tratamento localizada próximo à Jacaraípe, com vazão de 220 L/seg.
- e) Quatro reservatórios, sendo dois elevados e dois semi-enterrados, com capacidade total de 5.200 m³;
- f) Duas bombas - "boosters" - com potência total de 70 HP.

4.5.3. ESGOTO SANITÁRIO

Enquanto o abastecimento de água já evoluiu em termos globais, estando devidamente equacionado e encaminhando para uma solução definitiva, em condições de suportar o abrupto crescimento demográfico previsto para microrregião de Vitória, o mesmo não ocorreu com os setores de esgotos sanitários e Drenagem Pluvial.

Antonio Siqueira em seu livro "Engenharia Sanitária" vol. I, fala sobre "Natureza e Composição dos Dejetos nos Esgotos". As fezes se putrefazem com desprendimento de gases e encerram, no esgoto cru de 1 a 10 milhões de bactérias, por cm^3 , além de ovos e vermes intestinais; as urinas são de alto grau de fermentação amoniacal (A_2H_3) e podem conter vários bacilos, como o tífico, o tuberculoso, o colérico, etc.

A maioria da população da microrregião de Vitória, principalmente a que ocupa a região alagadiça, não é servida por rede de esgotos, criando, assim, a possibilidade de proliferação dos focos de doenças, que acaba penetrando nos setores não contaminados, posto que a situação urbana coloca as diversas classes de pessoas em contato direto.

A falta de um saneamento adequado, acrescida de outros fatores, faz com que a "microrregião de Vitória, tenha uma situação sanitária inferior à do Sudoeste e do próprio Estado do Espírito Santo. Por exemplo, a mortalidade geral seria de 10,5 por 1.000 contra apenas 6,8 no Estado como um todo; a mortalidade infantil atingiria 97,5 na microrregião e 85,2 no Estado; a incidência letal de tuberculose assumiria 22,3 por 1.000, contra apenas 8,9 em média estadual".¹

¹Plano de Desenvolvimento Integrado da Microrregião de Vitória.

A Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo publicou os dados abaixo para o ano de 1971. "Coeficientes de mortalidade segundo algumas causas de morte".

QUADRO XVII

DISCRIMINAÇÃO	Coeficientes (por 100.000 hab.)	
	Microrregião de Vitória	Estado do ES.
Diarréias infecciosas	72,2	24,5
Tuberculose do aparelho respiratório.	22,3	8,9
Gripe e pneumonia	39,9	17,3
Tétano	2,2	2,8
Sarampo	15,4	5,3

Considerando-se que a população da microrregião cresceu nesses últimos anos, e que a situação sanitária nas regiões mais prejudicadas continua estagnada ou com pouquíssimas melhorias, pode-se prever que os indicadores acima cresceram, agravando cada vez mais a situação para os habitantes da microrregião.

A Fundação Jones dos Santos Neves, deu início a uma série de estudos que deverão ser realizados sobre o assunto, quando em dezembro de 1977 recebeu o Dr. Werner Loder, Técnico em Saneamento Básico, enviado pelo Governo da Alemanha através do Convênio de Cooperação Técnica entre aquele Governo e a CNPU.

Além de trabalhos de pesquisa bibliográfica e contato com órgãos relacionados com Saneamento, o Técnico circulou pelos cinco Municípios da Grande Vitória, tendo, dessa forma, uma visão geral da situação dos mesmos.

Apresentou, então, como solução mais viável para resolver os problemas de Saneamento na Grande Vitória, a construção de um Emissário Oceânico que lançaria os "esgotos sanitários urbanos", numa corrente marinha com capacidade para dissolvê-los no oceano, sem causar alterações ecológicas para qualquer região.

As etapas para o desenvolvimento desse plano, são assim resumidas:

- I - Drenagem das áreas alagadiças (aproximadamente 1.000 ha p/Vila Velha e 700 ha p/Cariacica) com rede de esgoto pluvial separada da rede domiciliar/industrial;
- II - Construção de uma segunda rede de esgotos nos locais onde já existem, criando-se, assim, a possibilidade de um uso exclusivo para cada rede;
- III - Estudo das correntes marinhas para saber quais são as que satisfazem a situação desejada;
- IV - Construção do Emissário Oceânico para recolhimento dos esgotos domiciliares/industriais, que serão lançados nas correntes.

Observa-se que as 3 primeiras etapas podem e devem (na medida do possível) ser desenvolvidas simultaneamente, enquanto que a IV depende da conclusão das 3 iniciais.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Microrregião de Vitória, trabalho realizado por M. Roberto Arquitetos, apresenta "Estimativas de Investimentos necessários em galerias pluviais da Aglomeração (até o ano 2.000)" e "Custos prováveis de rede de esgotos da Aglomeração" (exclusive elevatórias, obras de tratamento e destino final)".

Usando-se dados da Revista Conjuntura Econômica - vol.32, nº 1 de janeiro de 1978, fez-se a correção dos valores estimados, por terem sido os mesmos calculados, tendo como ano base 1972.

A execução das obras apresentadas nas tabelas a seguir (Quadro XVIII) implicam na realização das primeira e segunda etapas anteriormente descritas, para as regiões mais carentes dos Municípios de Vila Velha e Cariacica.

QUADRO XVIII

Estimativas de Investimentos necessários em obras de Saneamento para áreas alagadiças dos Municípios de V.Velha e Cariacica.

MUNICÍPIO	ÁREA URBANIZADA (ha)		COMPRIMENTO DA REDE (Km)			CUSTO DA REDE (EM CR\$ 1.000,00)		
	ATUAL	FINAL	PLUVIAL	ESGOTO		PLUVIAL	ESGOTO	
			FINAL	ATUAL	FINAL	TOTAL	ATUAL	FINAL
CARIACICA	927	1.854	371	185	371	96.167	41.700	83.623
VILA VELHA	2.033	4.066	812	406	812	212.596	91.512	183.251

TRANCO

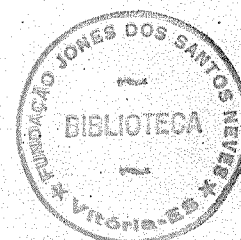
4.6.

DESENVOLVIMENTO URBANO

4.6.1. TRANSPORTES URBANOS: A ESTRATÉGIA E ALGUMAS PRIORIDADES:

O Plano Diretor de Transportes Urbanos em elaboração pela FJSN, será o conjunto de propostas advindas do diagnóstico completo da problemática de circulação da Aglomeração. As análises desenvolvidas, até o momento, permitem a formulação de um conjunto de propostas integradas referentes ao sistema de transporte de pessoas, (ver Quadro XVIV para uma primeira aproximação da situação atual, ou seja, do 1º Plano Integrado de Transportes Coletivos da Grande Vitória - PITC). Este, juntamente com o Plano Integrado de Transporte de Bens (PITB), compõem o PDTU. O PITC integra uma série de medidas para a melhoria do Sistema Viário Básico e do Sistema de Transporte Coletivo, através de recomendações de curto prazo dentro de uma visão a longo prazo, permitindo o efeito de complementaridade das soluções. A implantação destas medidas, do imediato até o longo prazo, se dará através de vários Programas de Ação Imediata em Transporte e Trânsito. A primeira série de propostas, uma vez implantadas através dos projetos demandam e viabilizam a segunda série e assim sucessivamente.

O quadro que segue é um sumário das recomendações deduzidas das conclusões preliminares dos trabalhos desenvolvidos para elaboração do PITC, e do 1º PAITT. Nele, as propostas estão agrupadas em Obras Viárias. Equipamentos Fixos e Equipamentos Móveis.



1. OBRAS VIÁRIAS

PROPOSTAS	PLANO INTEGRANTE	JUSTIFICATIVA
<p>1.1. <u>2a. ponte</u>, completar <u>aces</u> <u>sos</u> na Ilha do Príncipe e no continente até a Rodov. Carlos Lindemberg.</p>	<p>Proposta isolada em fase de implanta ção. Posteriormente integrada ao PITC e ao projeto do Terminal Rodov viário Interurbano.</p>	<p>Obra indispensável para o des congestionamento da área central, e a curto prazo, viabili zação do Sistema Integrado de Transporte Coletivo.</p>
<p>1.2. Asfaltar vias <u>alimentadoras</u>.</p>	<p>Proposta do PITC - elemento do Siste ma Viário Básico.</p>	<p>Prioridade primeira das melhorias do Sis tema de Transporte Coletivo.</p>
<p>1.3. Construir Passagem de Nível na Vila Rubim.</p>	<p>Proposta do PITC - elemento do Siste ma Viário Básico</p>	<p>Indispensável para eliminar conflito en tre o tráfego da 2a. ponte e pista exclu siva de ônibus. Viabiliza Sistema Integra do de Transporte proposto.</p>
<p>1.4. Ampliar BR-262 no trecho São Torquato ao Trevo do Contorno.</p>	<p>Proposta do DNER. Posteriormente in tegrado ao PITC com revisões.</p>	<p>Obra importante para acesso à 2a. ponte e viabilidade do Sistema Integrado de Trans portes quando da implantação das linhas troncais.</p>
<p>1.5. Implantar <u>Pista exclusiva</u> para ônibus na área central - calça dores para pedestres.</p>	<p>Proposta do PITC - elemento fundamen tal do Sistema Viário Básico e do Sistema Integrado de Transporte.</p>	<p>Solução ótima para a racionalização do u so da infra-estrutura viária existente na área central. Adia a necessidade de sua ampliação por alguns anos através da sepa ração do fluxo dos coletivos. Importante melhoria da qualidade do ambiente urbano. Da a devida importância ao pedestre</p>

PROPOSTAS	PLANO INTEGRANTE	JUSTIFICATIVA
<p>1.6. Construir <u>arterial</u> paralela à Rod. Carlos Lindemberg e F. Ferrari;</p>	<p>Proposta do PEE. Posteriormente incorporada ao PITC - elemento Sistema Viário Básico.</p>	<p>Obra indispensável para viabilizar 3a. ligação (ponte ou túnel) descongestionando entroncamento de São Torquato e permitindo o acesso rápido a Vila Velha para quem chega à aglomeração. Acesso ao Porto de Capuaba e áreas industriais propostas para o Sul da aglomeração. Limite físico para contenção da expansão da mancha urbana a médio prazo.</p>
<p>1.7. Construir contorno Mestre Alvo.</p>	<p>Proposta do PEE. Posteriormente incorporada ao PITC - elemento Sistema Viário Básico.</p>	<p>Obra importante para desviar o tráfego de passagem da malha urbana, hoje em expansão na região de Carapina, onde se localizará um centro de 2a. ordem.</p>
<p>1.8. Construir <u>3a. ligação.</u></p>	<p>Proposta do PEE. Posteriormente incorporada ao PITC, como obra de longo prazo.</p>	<p>Obra de vulto e importante para a integração da malha urbana da ilha e do continente. Elemento do Sistema Viário Básico.</p>
<p>1.9. Ampliar Sistema Viário na Área Central. Manter conversações junto a Petrobrás no sentido de desativar parcela da área do Porto. Desapropriar prédio esquina Av. Pedro Nolasco com Av. Pres. Florentino Avidos.</p>	<p>Proposta do PITC - elemento do Sistema Viário Básico proposto.</p>	<p>Com a previsão de crescimento do tráfego na área central e o esgotamento a curto prazo de sua capacidade na frente do Palácio Anchieta, prevê-se a necessidade de sua expansão, que são poderã ocorrer através vultosas obras de engenharia de superfície ou do remanejamento do Cais comercial do Porto de Vitória e da esquina da Av. Pedro Nolasco com Av. Pres. Florentino Avidos</p>

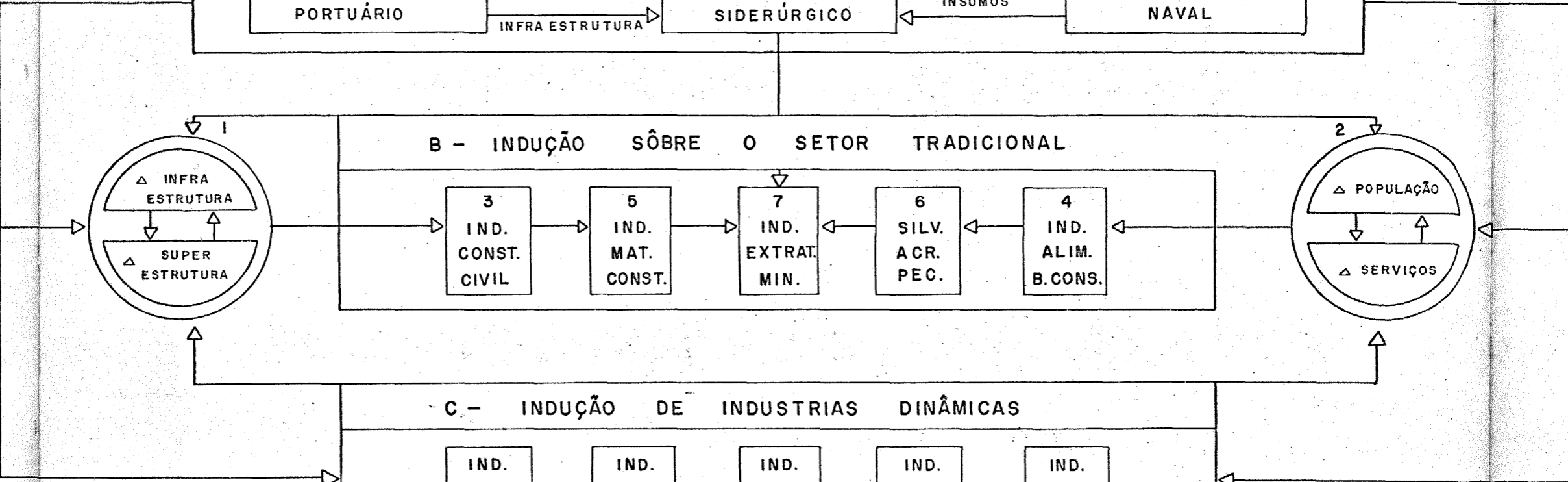
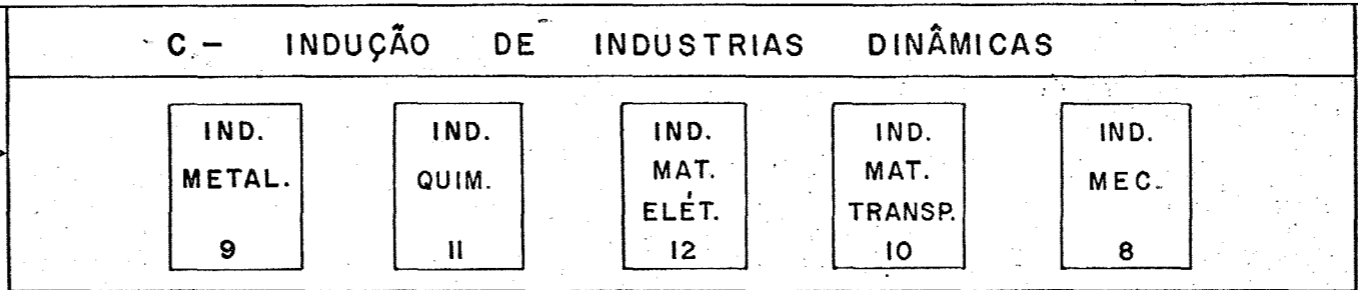
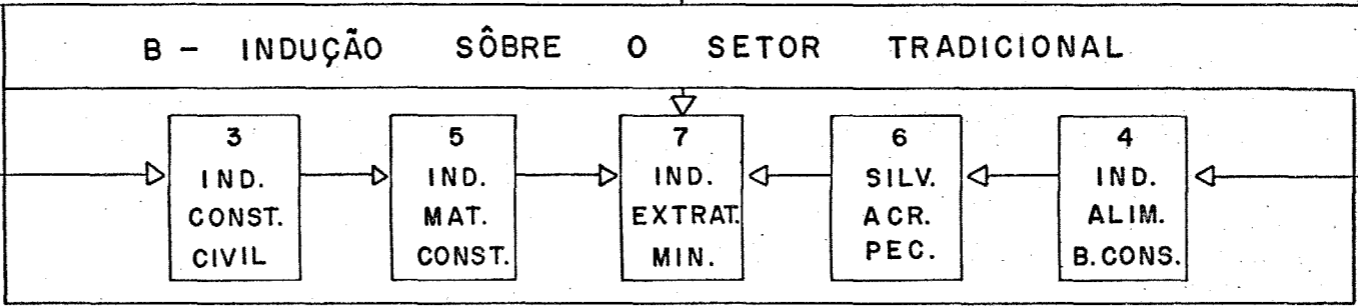
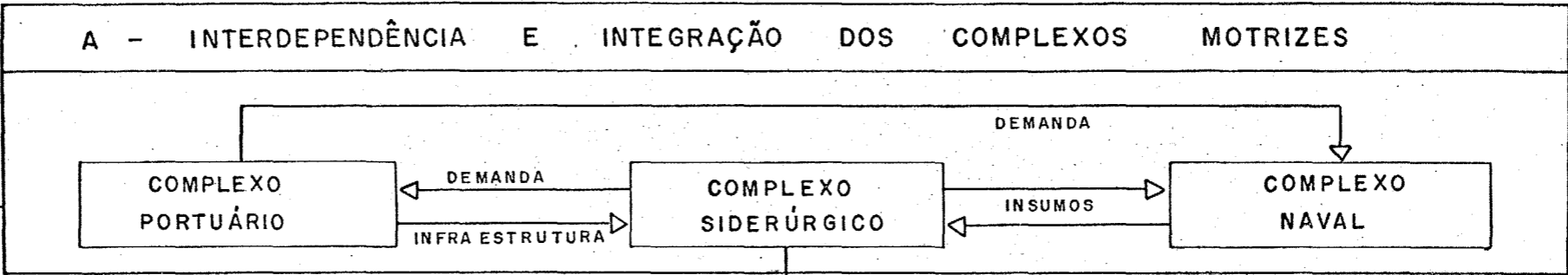
PROPOSTAS	PLANO INTEGRANTE	JUSTIFICATIVA
<p>1.10. Implantar <u>Ferrovias Suburbanas</u> no atual leito da Estrada de Ferro Leopoldina, localizado na mancha urbana.</p>	<p>Proposta do PEE. Posteriormente incorporada ao PITC - elemento do Sistema Viário Básico.</p>	<p>A importância da via se prende a perspectiva de atender, ao longo prazo, amplas massas populares do Município de Cariacica, através de transporte eficiente e barato. Sua viabilização se prende ao adensamento em curso nas regiões onde atravessa e ao baixo custo de implantação prever área para pátio de manobras ferroviário; declarar de utilidade pública.</p>
<p>1.11. <u>Pré-metrô</u> nos troncais.</p>	<p>Proposta do PITC - elemento do Sistema Integrado de Transporte Coletivo, a longo prazo.</p>	<p>Com o crescimento e adensamento da malha urbana, as vias centrais só poderão atender à demanda ao transporte coletivo, através de implantação de equipamentos mais sofisticados e de maior capacidade.</p>

2. EQUIPAMENTOS FIXOS

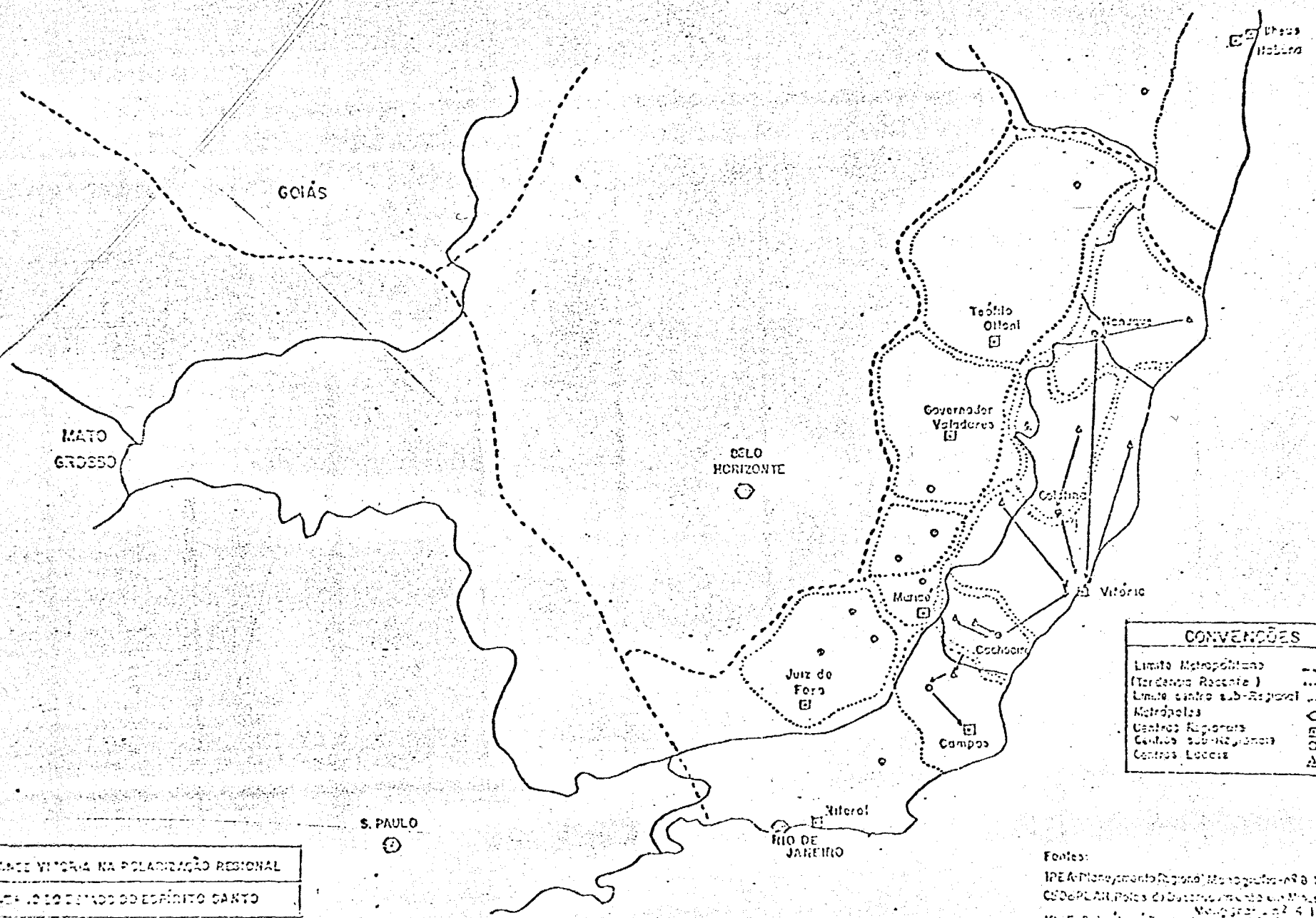
PROPOSTAS	PLANO INTEGRANTE	JUSTIFICATIVA
<p>2.1. Terminal interurbano de passageiros</p>	<p>Projeto isolado, posteriormente integrado ao PITC</p>	<p>Projeto importante para a ordenação da circulação na área central e integração do Sistema de Transporte. Virá dotar Vitória de um Terminal de Transportes interurbanos, hoje desempenhado por um abrigo na Praça Misael Pena.</p>
<p>2.2. Terminais Urbanos para Transbordo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ilha do Príncipe - Dom Bosco - Vila Velha - Campo Grande - Carapina - Itanguá - Bela Aurora - Paul 	<p>Proposta do PITC</p>	<p>Elementos fundamentais para a integração das diferentes modalidades de transporte coletivo e da estratégia de ordenamento espacial da aglomeração que preconiza a descentralização das atividades do centro metropolitano para centros periféricos. São equipamentos de grande poder indutor dos centros.</p>
<p>2.3. Terminais Aquaviários:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Vitória ✓ - Paul ✓ - Dom Bosco - Ilha do Príncipe - Prainha ✓ - Porto de Santana ✓ - Praia do Suã - Aribiri 	<p>Proposta isolada, posteriormente incorporada ao PITC</p>	<p>Elementos indispensáveis do Sistema Integrado de Transporte, importantes para o descongestionamento da área central e integração das diferentes modalidades de transporte coletivo.</p>

PROPOSTAS	PLANO INTEGRANTE	JUSTIFICATIVA
<p>2.4. Abrigos para pontos de ôni bus:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nos troncais - nas alimentadoras <p><i>em andamento</i></p>	<p>Proposta do PITC</p>	<p>Fator importante para a melhoria do Serviço de Transporte Coletivo.</p>
<p>2.5. Sinalização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Semáforos - Placas - Pintura de Faixas <p><i>sim</i></p>	<p>Proposta do PITC</p>	<p>Elemento complementar das medidas do PITC. Indispensável para a harmonia, eficiência e segurança do sistema proposto.</p>

PROPOSTAS	PLANO INTEGRANTE	JUSTIFICATIVA
3.1. Barcas	Propostas do PITC	<ul style="list-style-type: none"> - Elementos indispensáveis para a operação das propostas anteriores. - Destaca-se a importância de estudos específicos e detalhados de suas características quanto a forma para adequá-los as necessidades locais.
3.2. Ônibus especiais para pista exclusiva	Propostas do PITC	<ul style="list-style-type: none"> - Elementos indispensáveis para a operação das propostas anteriores. - Destaca-se a importância de estudos específicos e detalhados de suas características quanto a forma para adequá-los as necessidades locais.
3.3. Trens suburbanos	Propostas do PITC	<ul style="list-style-type: none"> - Elementos indispensáveis para a operação das propostas anteriores. - Destaca-se a importância de estudos específicos e detalhados de suas características quanto a forma para adequá-los as necessidades locais.
3.4. Metrô-leve para troncal	Propostas do PITC	<ul style="list-style-type: none"> - Elementos indispensáveis para a operação das propostas anteriores. - Destaca-se a importância de estudos específicos e detalhados de suas características quanto a forma para adequá-los as necessidades locais.



POSICÃO DA GRANDE VITÓRIA NA POLARIZAÇÃO REGIONAL
 FIG. 1/1 - LULA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CONVENÇÕES	
Limite Metropolitano (Tendência Regional)	-----
Limite centro sub-Regional
Metrópole	○ ○
Centros Regionais	□ □
Centros sub-regionais	○ ○
Centros Locais	△ △

Fontes:
 IPEA - Planejamento Regional, Rio de Janeiro - 1972
 CSD de PLAN, Polos de Desenvolvimento do Estado Espírito-Santense, Vol. 1, nº 4, 1971
 IBGE - Censo do Espírito Santo, 1970
 IBGE - Divisão de Estatística, Região Econômica Espírito-Santense

QUADRO XIX

EXTENSÃO DAS VIAS MUNICIPAIS SERVIDAS PELO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO - GRANDE VITÓRIA.

MUNICÍPIO \ ESPECIFICAÇÃO	VITÓRIA		VILA VELHA		CARIACICA		SERRA		VIANA		GRANDE VITÓRIA	
	%	Km	%	Km	%	Km	%	Km	%	Km	%	Km
Pavimento em boas condições	71,25	54,70	29,45	18,55	2,46	6,5	10,78	3,80	74,51	1,90	39,01	79,60
Asfalto em boas condições	42,07	32,30	24,14	15,20	-	-	10,64	3,75	-	-	25,12	51,25
Exigem melhorias no pavimento *	57,93	44,48	70,55	44,45	97,54	25,80	85,22	31,48	25,49	0,65	60,99	124,41
Leito em terra.	2,94	2,25	24,68	15,55	51,80	13,70	83,39	36,38	25,49	0,65	30,33	61,53
Iluminadas	80,20	61,58	84,60	53,30	58,15	15,38	25,75	9,07	66,67	1,70	67,77	138,26
Bem iluminadas	56,63	43,48	31,75	20,00	32,44	6,80	-	-	-	-	31,65	63,48
Exigem melhorias na iluminação **	43,37	33,30	68,25	43,00	67,56	19,65	100,00	35,23	100,00	2,25	68,35	140,53
Sem iluminação	19,80	15,20	15,40	9,70	41,85	11,07	74,25	26,16	33,33	0,85	32,23	65,75
Vias serv. pelo STC.	100,00	76,78	100,00	63,00	100,00	26,45	100,00	35,23	100,00	2,55	100,00	204,01

Fonte: FJSN - Pesquisa Direta - 1977 - Veja Anexo A - Tabelas A.6, A.7, A.8, A.9, A.10, A.11 e A.13.

* Sem pavimento e/ou pavimento em condições ruins e regulares.

** Sem iluminação e/ou iluminação em condições ruins e regulares.

4.6.2. CENTRO DE ANIMAÇÃO DE CARAPINA

O processo de crescimento esperado para a Grande Vitória tem gerado preocupação no âmbito dos três níveis do Poder Público. O primeiro motivo para tais preocupações, refere-se à velocidade das mudanças. Espera-se que em prazo relativamente curto a população da Aglomeração Urbana ultrapasse a casa de um milhão de habitantes.

O segundo - que é, de certa forma, consequência do primeiro - refere-se ao volume de serviços e equipamentos necessários ao atendimento desse contingente populacional.

Além do mais, mesmo se fosse considerado que o Setor Público possui condições para viabilizar financeiramente o atendimento à demanda de serviços e equipamentos, persistiria o problema da distribuição espacial e quitativa de tais serviços e equipamentos. E isso torna-se mais relevante em função do crescimento desordenado da Aglomeração Urbana como um todo, que tem gerado pressões intensas sobre o principal pólo, constituído pela área central da Ilha de Vitória.

Bloqueado entre o mar e a montanha, o centro da Capital, tem respondido à pressão da demanda através de um adensamento indiscriminado. Os problemas de circulação de bens e serviços, por exemplo representam a primeira consequência visível desse crescimento.

Se o desordenamento histórico gerou e está gerando dificuldades para a parte central da ilha e para a Aglomeração Urbana como um todo, não é difícil antever alguns dos problemas que certamente advirão a partir do processo de industrialização acelerado que se implanta na Grande Vitória. Tentar antecipar-se a esses problemas é tarefa vital do Poder Público.

É sob a perspectiva desse objetivo que a proposta de implantação do CA de Carapina deve ser analisado. Dada a implantação, em curto espaço de tempo, de um Complexo Industrial de porte, o planalto de Carapina pode e deve ser objeto de um programa que contemple seu potencial de polarização e a possibilidade de um crescimento orientado, em função de sua baixa ocupação atual.

Assim, levando-se em conta as áreas que já tem ocupação definida - dentre as quais se destacam as reservadas para a implantação do Centro Industrial de Vitória e da Companhia Siderúrgica de Tubarão e para expansão da Companhia Vale do Rio Doce - é proposto, um zoneamento urbano voltado para o crescimento orientado de uma área que fatalmente será um grande núcleo residencial operário.

Como parte integrante desse zoneamento, destaca-se área reservada a um centro de comércio e prestação de serviços, que convencionou-se denominar de Centro de Animação. O seu dimensionamento preliminar foi feito com a intenção de atender à demanda das áreas residenciais e industriais que lhe são mais imediatas e à orla marítima do Município da Serra, de grande potencial turístico e residencial.

A concentração de equipamentos e serviços urbanos na área do Centro de Animação de Carapina, visa principalmente o surgimento de economias de aglomeração que redundarão em um atendimento mais adequado à classe operária do Conselho Industrial.

Fugindo ao convencional, a viabilidade do empreendimento não foi quantificado em termos financeiros, mas sim qualificada em função da sua essencialidade e das medidas fundamentais para sua implantação. Entre essas medidas, é imprescindível a integração dos três níveis do Poder Pú

blico - Federal, Estadual e Municipal - no sentido de que se possa viabilizar o empreendimento.

De importância vital para o desenvolvimento industrial da região, o Centro de Animação tem como objetivo maior a possibilidade de tornar factível a idéia de dotar a área de equipamentos fundamentais à uma vida urbana melhor e mais voltada para o homem.

